



CONHECIMENTO DE ALUNOS INGRESSANTES NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

THIAGO FELIPE MARTINS CALDEIRA BRANT; LUSLAN THIAGO RAMOS DE CARVALHO; PATRÍCIA DA CONCEIÇÃO ROCHA RABELO

RESUMO

O Profissional de Educação Física (PEF) é reconhecido como profissional de saúde de nível superior, autorizado a integrar as equipes multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde. No Sistema Único de Saúde (SUS), o PEF pode trabalhar em diversos campos, como nas equipes multiprofissionais e nas Academias da Saúde atuando no âmbito da promoção e prevenção à saúde. No entanto, muitos alunos ingressam no curso de Educação Física sem conhecimento específico sobre o SUS e as oportunidades nesse segmento. Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento de alunos do primeiro período de Educação Física de uma universidade privada sobre o SUS e como se dá a atuação dos profissionais de Educação Física nesse sistema. Para isso, dezoito alunos responderam a um questionário que foi disponibilizado via *google forms* contendo quatro perguntas dos seguintes temas: o conhecimento dos alunos sobre o SUS, as atividades do PEF, a abrangência e os serviços prestados pelo PEF no SUS, além de identificar como os alunos percebem a atuação do PEF e seu próprio conhecimento como usuários do sistema. Os resultados mostraram a necessidade de discutir a importância da atuação do PEF no SUS. É necessário que esse conteúdo seja abordado de forma transversal e interdisciplinar no decorrer do curso e não apenas na etapa final. Observa-se também a necessidade de se discutir questões básicas, como a abrangência do SUS e em quais os setores e esferas de serviço ele está presente, destacando que esse sistema faz parte da vida de todo brasileiro.

Palavras-chave: formação; graduação; interdisciplinar; capacitação; movimento.

1 INTRODUÇÃO

Em 1997, o Ministério da Saúde, através do Conselho Nacional de Saúde, reconheceu o Profissional de Educação Física como "profissional de saúde de nível superior" (Brasil, 1997). A regulamentação da profissão só ocorreu em 1998, com a aprovação da Lei 9696 (Brasil, 1998). Em 2008, os Profissionais de Educação Física (PEF) foram integrados às Equipes de Saúde da Família e posteriormente ao NASF-AB, hoje substituído pelo eMulti, desempenhando importante papel na atenção primária (Brasil, 2008). Em 2013, o PEF foi cadastrado como profissional de saúde, pelo código 2241-E1, na Classificação Brasileira de Ocupações (Bueno; Bossle e Fraga, 2018). Em 2020, foi estabelecido o código permanente 2241-40 para "Profissional de Educação Física na Saúde", integrando as equipes interdisciplinares da Atenção Básica do SUS e permitindo a inclusão na Tabela de Prestação de Serviços do SUS (Brasil, 2020). Em 2022, o PEF passou a realizar treze novos procedimentos em Atenção Primária, evidenciando sua valorização, e a Portaria GM/MS nº 1.105 incentivou financeiramente a prática da atividade física, ampliando o papel do PEF no SUS (Brasil, 2022).

A crescente valorização da profissão faz o mercado de trabalho exigir maior qualificação desses profissionais. Adequar os cursos de Educação Física a essa demanda emergente é essencial para manter um ciclo virtuoso e garantir a consolidação da profissão no

sistema de saúde.

...apesar de ser considerada uma profissão da saúde, a educação física está longe de estar efetivamente presente nesses espaços como promotora de saúde tal como deveria, ou distante, ainda, da importância de suas práticas para o desenvolvimento da saúde do indivíduo, das famílias e comunidades, de forma que possam ser realmente desenvolvidas em sua plenitude. (Galleguillos *et al.*, 2022, p.1154)

Na Constituição Federal de 1988, conforme previsto no Art. 200, inciso III, "Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...] ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde" (Brasil, 1988), sendo crucial que os alunos de graduação estejam conscientes da possibilidade de atuação nos diversos níveis de assistência à saúde no SUS e estejam capacitados para integrá-los (Costa, 2019), não se limitando apenas ao controle das doenças crônicas não transmissíveis e ao emagrecimento, que também são importantes.

...evidências demonstram que a atuação do PEF na APS se concentra, e por vezes se restringe, às questões que envolvem o emagrecimento e o controle das DCNT. Por esse prisma, o trabalho do PEF tem por foco as comorbidades já instaladas, em prejuízo de uma abordagem multidimensional, interprofissional, coletiva e intersetorial direcionada para a promoção e manutenção da saúde (Bandeira, *et al.*, 2022 *apud* Neves *et al.*, 2015; Carvalho; Abdalla; Bueno Júnior, 2017; Knuth; Antunes, 2021).

No cenário da Educação Física observa-se, portanto, que a inserção do profissional no SUS ainda é algo pouco debatido sendo inclusive desconhecido por uma parcela da população e por aluno que buscam realizar esse curso. Nota-se também que vários currículos ainda não incorporaram em suas matrizes curriculares, disciplinas sobre essa temática (Oliveira e Andrade, 2016).

Diante disso, o presente estudo visa analisar o conhecimento de estudantes recém ingressados na graduação de Educação Física sobre o SUS e a atuação dos profissionais de Educação Física nele. Com a participação dos alunos do primeiro período de uma universidade privada em Belo Horizonte - MG, o trabalho também questiona o momento em que a disciplina sobre o SUS é oferecida na grade curricular, explorando seus possíveis impactos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Um grupo de trabalho composto por três integrantes da disciplina Educação Física e Saúde Coletiva do 8º período aplicou um questionário a dezoito graduandos do 1º período do curso de Educação Física. O questionário foi respondido virtualmente via *google forms*, compartilhado pelo aplicativo *whatsapp*.

Com quatro perguntas sobre o SUS, o questionário teve como objetivo avaliar o conhecimento dos alunos sobre o SUS, as atividades do PEF, a abrangência e os serviços prestados, além de identificar como os alunos percebem a atuação do PEF e seu próprio conhecimento enquanto usuário do sistema:

1. Você sabe o que significa o SUS?
2. Você já usou o SUS?
3. O Profissional de Educação Física está inserido no SUS?
4. Você acredita que a atuação do Profissional de Educação Física dentro do SUS é importante para a promoção da saúde dentro da comunidade?

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo participaram do estudo, 18 alunos do primeiro período do curso de Educação Física. Os resultados estão descritos na tabela 1:

Tabela 1 - Resultados do questionário sobre o SUS

Pergunta	Resposta	Percentual (%)
Você sabe o que significa o SUS?	Sim	94,4
	Não	5,5
Você já usou o SUS?	Sim	72,2
	Não	16,7
	Não sei	11,1
O Profissional de Educação Física está inserido no SUS?	Sim	66,7
	Não	11,1
	Não sei	22,2
Você acredita que a atuação do Profissional de Educação Física dentro do SUS é importante para a promoção da saúde dentro da comunidade?	Sim	94,5
	Não	0
	Não tenho certeza	5,5

Fonte: dados do questionário.

Uma alta porcentagem de graduandos (94,5%) afirmou conhecer o SUS. Esse dado poderia ser considerado satisfatório caso eles não fossem estudantes de um curso de nível superior na área da saúde, em 2024. A proporção de alunos que responderam "não" ou "não sei" (5,5%) sugere a necessidade de o poder público aprimorar a comunicação com os usuários e também mostra que há oportunidade de aprimorar a educação sobre o SUS em instituições de ensino superior, especialmente em cursos relacionados à saúde.

Em relação à experiência com o SUS, a grande maioria dos alunos entrevistados (72,2%) afirmou já ter utilizado o sistema. Esse dado sugere uma relação direta entre os estudantes e o SUS. No entanto, é importante aprofundar a pesquisa para identificar os motivos pelos quais os demais entrevistados (27,8%) afirmaram nunca ter utilizado ou não souberam responder, considerando que o SUS é acessível a todos os cidadãos no território brasileiro.

Sobre a inserção do Profissional de Educação Física no SUS, a maioria (66,7%) reconhece que o profissional atua no sistema. Porém, considerando que são estudantes de um curso superior na área da saúde, não pode passar despercebido que uma parcela significativa (33,3%) ainda não havia considerado buscar por oportunidade de estágio ou realizar pesquisa relacionada ao tema no SUS. Nota-se, portanto, que o contato com esse conteúdo ao longo do curso é fundamental para que o aluno entenda e perceba que o SUS é um campo de atuação do PEF. No entanto, na presente instituição, a disciplina que aborda essa temática é ofertada apenas no oitavo período (Brasil, 2008). Isso dificulta, inclusive, que os alunos busquem realizar estágios, horas complementares ou trabalhos de conclusão de curso sobre essa temática. De fato, no último período, os graduandos já estão direcionados para suas áreas de interesse e finalizando seus estágios e a maioria já escolheu seu tema de TCC, dificultando a pesquisa sobre a atuação do PEF no SUS ou sobre saúde coletiva.

Na questão sobre a importância da atuação do Profissional de Educação Física, a própria formulação da pergunta sugere de maneira implícita que esse profissional está inserido no SUS, o que pode ter contribuído para o alto percentual de participantes (94,4%) que concordaram que a atuação do PEF é importante para a promoção da saúde na comunidade. A interpretação desses dados do questionário, seguida das discussões em sala de aula apontaram para o fato de que

muitos graduandos ingressam em um curso superior de Educação Física com um entendimento equivocado ou até mesmo sem conhecer os campos de atuação do PEF no SUS.

Ainda hoje é possível verificar que a formação do bacharel em Educação Física segue centrada em uma visão anacrônica de saúde e tal visão não está de acordo com a concepção de saúde das nossas políticas públicas (Oliveira *et al.*, 2020). Uma formação mais tradicional e tecnicista como historicamente acontece não é capaz de preparar os PEF de maneira adequada para exercer a sua função de maneira mais colaborativa no SUS, não se atentando às necessidades dos usuários (Castellani Filho, 2016). Em linha com Bandeira *et al.* (2022), é necessário haver uma constante vigilância crítica nos enfoques e nas estruturas dos cursos de graduação em Educação Física, que historicamente valorizam temas que também são valorizados pela população em geral, mas que poderiam priorizar questões mais caras à sociedade, como é o caso da saúde coletiva. Este trabalho vai além, ao chamar a atenção para mais um fator que pode ser considerado preponderante nessa mudança, que é a escolha do melhor momento para se tratar dos temas relacionados ao conceito de saúde e ao SUS, se no início, meio ou no final da graduação. Conforme citado no estudo de Machado *et al.* (2020):

Souza e Loch (2011) apontam as dificuldades, barreiras e desafios dos PEFs atuando no NASF. Manske e Oliveira (2017) afirmam que estas dificuldades estão ligadas às matrizes curriculares dos cursos de Educação Física, as quais precisam ser reorganizadas e inseridas discussões ampliadas que proporcionem uma nova formação com vistas à área da Saúde Coletiva. Mesmo diante dos empecilhos, quando inseridos, os PEFs conseguem se desenvolver muito bem e prescrever atividades dinâmicas, lúdicas, competitivas e criativas para a população usuária” (Machado *et al.*, 2020).

Nesse mesmo sentido, outros pesquisadores também fazem as suas considerações:

“Corroborando, Falci e Belisário (2013) reforçam a importância das alterações na estrutura dos projetos políticos-pedagógicos e nos planos de ensino das graduações. Salientam, ainda, que tais modificações podem oferecer maiores oportunidades e que as bases da Atenção Primária à Saúde (APS) e de Saúde Coletiva devem estar contidas nas matrizes curriculares” (Machado *et al.*, 2020).

Segundo Nozaki (2004), "enquanto o SUS começa a ser implementado nacionalmente, a Educação Física, alijada desse processo, passa por uma crise epistemológica e pela falta de consenso quanto ao seu conceito e seu objeto de trabalho". Segundo Verenguer (2004), "a inexistência de um elemento identitário vinculado aos ofícios das práticas corporais/atividade física é, inclusive, tomado como um dos maiores entraves para a regulamentação da Educação Física no Brasil, que só se deu em 1998, e foi atravessado por muitas disputas e controvérsias..." E ainda, no artigo "A inserção do Profissional de Educação Física nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família: visão dos profissionais" (Ferreira *et al.*, 2016), uma frase proferida por um PEF descreve uma insegurança quanto ao exercício da função, que possivelmente possui origem numa qualificação profissional insatisfatória. Nela, o PEF diz, se referindo às suas funções quando de sua admissão, "*As funções... Isso não tava bem claro, não existia...*" (PEF1 *apud* Ferreira *et al.*, 2016, p. 231). Aos alunos do curso de Educação Física, recém ingressados, é necessário que essas informações sejam disponibilizadas a eles o mais breve possível, aproveitando que os questionários demonstraram que mesmo sem haver um nível de conhecimento preeminente sobre o PEF no SUS, ainda há um interesse em atuar nessa área.

4 CONCLUSÃO

Com base na interpretação dos dados coletados, sugere-se que ainda que o PEF seja reconhecido formalmente como um profissional de nível superior pertencente à equipe de

saúde, há uma lacuna que precisa ser preenchida quanto ao conhecimento que os alunos do primeiro período do curso de Educação Física possuem sobre o SUS e também quanto a atuação do PEF no SUS. No início da graduação, a maioria dos graduandos reconhece a importância da atuação do PEF no SUS, mas acabam demonstrando um nível limitado de conhecimento ou até mesmo equivocado sobre a abrangência do SUS e as oportunidades de atuação nele.

Os dados levantados durante a execução do trabalho do grupo sugeriram a necessidade de conciliar os temas relacionados ao SUS de forma transversal e interdisciplinar no decorrer do curso e não apenas na etapa final, quando os alunos já estão envolvidos com os demais temas experimentados nos sete semestres anteriores, como ocorre na universidade onde o trabalho foi realizado. Ao apresentar precocemente esses temas, acredita-se na possibilidade de haver um estímulo adicional, favorecendo o interesse e valorizando as diversas áreas de atuação disponíveis para esses profissionais. E ainda, sendo capaz de promover uma formação em acordo com as atuais demandas do sistema de saúde público no Brasil, o SUS.

Portanto, o presente estudo conclui ser essencial repensar a distribuição da grade curricular dos cursos de Educação Física para que a instituição de ensino se apresenta como uma grande interessada em disseminar o conhecimento sobre os conceitos relacionados à saúde coletiva, sobre os temas que envolvem o SUS e para que os graduandos se tornem profissionais verdadeiramente capacitados para atuarem nessa área, de maneira integrada e eficiente.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Rodrigo Ossoda Moura; MAGNAGO, Carinne; FREIRE FILHO, José Rodrigues; FORSTER, Aldaísa Cassanho. Inserção de profissionais de educação física no Sistema Único de Saúde: história, avanços e desafios. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Porto Alegre, v. 29, n. 3, p. 02, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.122874>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/html/leginfra/ArtCF6020.htm>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 218, de 06 de março de 1997. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 07 mar. 1997. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218_06_03_1997.html. Acesso em: 11 jul 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.696, de 1º de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19696.htm. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Código 2241-40: Profissional de Educação Física na Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/classificacao-brasileira-de-ocupacoes-cbo>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de dezembro de 2018. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília, DF, 2018. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.105, de 17 de maio de 2022. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt1105_17_05_2022.html. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jan. 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html. Acesso em: 11 jul 2024.

BUENO, Alessandra Xavier; BOSSLE, Cibele Biehl; FRAGA, Alex Branco. A Classificação Brasileira de Ocupações do profissional de educação física no SUS: da incompatibilidade à provisoriedade nos serviços públicos de saúde. **Pensar a prática**. Goiânia, v. 21, n. 2, abr./jun, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189270/001085778.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CASTELLANI FILHO, Lino. A formação do bacharel em Educação Física: entre a tradição e a contemporaneidade. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 857-868, jul./set. 2016.

COSTA, Filipe Ferreira. Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: oportunidades de aproximações com o SUS? **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 24, e0067, 2019. DOI: 10.12820/rbafs.24e006711.

FERREIRA, Talitha Bonini; CIPOLOTTI, Mariana Dantas; MARQUES, Bruna Gabriela; MIRANDA, Maria Luiza. A inserção do Profissional de Educação Física nos Núcleos de Apoio a Saúde da Família: visão dos profissionais. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 21, n. 3, p. 231, 2016. DOI: 10.12820/rbafs.v.21n3p228-236. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/5703/6025>. Acesso em: 13 jul. 2024.

GALLEGUILLOS, Vania Susana Brassea; CARNUT, Leonardo; GUERRA, Lúcia Dias da Silva. Educação física e a formação em saúde coletiva: deslocamentos necessários para a atuação no Sistema Único de Saúde. **Motrivivência**, v. 34, n. 66, e20223514, 2022. DOI: 10.1590/0103-1104202213514.

MACHADO, Gerciana Ribeiro; JESUS, Juliana Santos; CARDOSO, Gustavo Marques Porto; FERREIRA, Marcelle Esteves Reis. O Profissional de Educação Física e a Promoção da Saúde na Atenção Básica. Práticas e Cuidado. **Revista de Saúde Coletiva**, Salvador, v. 1, p. 09, 2020.

NEVES, Ricardo Lira de Rezende; ANTUNES, Priscilla de Cesaro; BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro; ASSUMPÇÃO, Luis Otávio Teles. Educação Física na saúde pública: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Ciência & Movimento**, v. 23, n. 2, p. 163-177, 2015. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/5197>. Acesso em: 12 jul. 2024.

OLIVEIRA, Rogério Cruz; ANDRADE, Douglas Roque. Formação profissional em

Educação Física para o setor da saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 4, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/42255>. Acesso em: 14 jul. 2024.